



Na estreia como coordenador da transição do novo governo, vice-presidente eleito Geraldo Alckmin inicia hoje negociações por mudanças no Orçamento para manter benefício de R\$ 600 e aumentar salário acima da inflação

# Foco no Auxílio Brasil e no reajuste do mínimo

» VINICIUS DORIA

O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB-SP) estreia, hoje, no papel de coordenador-geral da equipe de transição do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com uma missão prioritária: negociar mudanças no projeto do Orçamento da União para 2023, em tramitação no Congresso, para viabilizar o pagamento de R\$ 600 do Auxílio Brasil e o aumento do salário mínimo acima da inflação a partir do ano que vem.

Alckmin se reunirá, às 10h30, com o relator geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), acompanhado da bancada petista na Casa e do senador eleito Wellington Dias (PT-PI), indicado por Lula como principal negociador das mudanças no projeto.

Não é pouco dinheiro, ainda mais em um cenário de restrição fiscal que se renuncia para o ano que vem. O aumento do Auxílio Brasil para R\$ 600 está estimado em pouco mais de R\$ 50 bilhões, enquanto o reajuste do salário mínimo vai exigir uma despesa fixa de cerca de R\$ 6 bilhões. Em entrevista à *Globonews*, Wellington Dias informou que esse aumento deve ficar entre 1,3% e 1,4% acima da inflação, calculado sobre a variação média do Produto Interno Bruto (PIB) nos últimos cinco anos.

“O objetivo é garantir a continuidade para o Auxílio Brasil. Os R\$ 600 seguem em condição de pagamento a partir de 1º de janeiro, não haverá descontinuidade. O que precisa?

Uma PEC (proposta de emenda à Constituição)? Necessidade de constar do Orçamento (de 2023)? É isso que vamos garantir”, ressaltou Dias.

Uma boa parte dos recursos adicionais terá de ser negociada na Comissão Mista de Orçamento, já que depende de remanejamentos dentro da peça orçamentária. “(Para) algumas coisas não iniciadas é possível ter um cronograma mais alongado? As emendas de bancada, de comissões, é possível ter um entendimento para algum ajuste? Há um conjunto de desafios que, a partir desse diagnóstico, vai depender das tomadas de decisão.”

## Experiência

“É fundamental reafirmar que buscaremos uma transição que priorize a preservação dos direitos da população e evite qualquer descontinuidade. Temos uma experiência muito positiva em 2002, na transição da gestão Fernando Henrique Cardoso, e esperamos que se dê nos mesmos moldes, pautada pelo interesse do povo”, disse Tereza Campello, ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do governo Dilma Rousseff (PT).

O relator-geral Marcelo Castro tem repetido em entrevistas ao longo desta semana que não há previsão no Orçamento para cobrir esses gastos. “Está no osso” é uma das metáforas usadas pelo senador para sustentar que não há espaço para incluir as promessas de campanha, por causa das limitações impostas pela Lei do Teto de Gastos.

Juca Varella/Divulgação



Em Brasília, Alckmin se encontrará com o relator do Orçamento e com o ministro da Casa Civil

Castro espera sugestões da equipe de transição para resolver o problema, cuja solução precisa ser encaminhada rapidamente para que a Lei Orçamentária possa ser aprovada em plenário até o fim da atual legislatura, em dezembro.

Outro compromisso de Alckmin em Brasília está agendado com o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira (PP-PI), que comandará a transição pela parte do governo Bolsonaro, como

prevê a legislação que rege as trocas de comando.

O vice-presidente eleito vai formalizar o pedido de instalação do gabinete de transição, que funcionará no CCBB, no Setor de Clubes Sul, bem perto do Palácio do Planalto. A Casa Civil editará, na sequência, um ato instalando formalmente o processo e nomeando os integrantes da equipe de transição de Lula, que tem direito de indicar até 50 pessoas. Os nomes da equipe que

trabalhará no CCBB ainda estão sendo definidos por Alckmin e pela presidente do PT, Gleisi Hoffmann, responsável pelo diálogo com os partidos da aliança que disputou o segundo turno das eleições.

Um dos mais influentes deverá ser o MDB da senadora Simone Tebet (MS). O presidente da legenda, deputado Baleia Rosi (SP), já conversou com Hoffmann, que pediu indicação de nomes para integrar o time da

transição. Baleia vai consultar as bancadas na Câmara e no Senado e deve sugerir um ou dois parlamentares — preferencialmente senadores que atuam na Comissão Mista de Orçamento — para a missão.

## Lula descansa

Enquanto o staff da transição inicia as negociações para a troca de bastão no governo, Lula descansará até o fim de semana em Tranco, distrito de Porto Seguro, no litoral sul da Bahia, com a esposa Rosângela, a Janja. Mas está prevista a vinda dele a Brasília no início da semana que vem para o primeiro encontro formal com os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL) e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Lula também deve fazer uma visita de cortesia aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) antes de embarcar para o Egito, como convidado do presidente daquele país, Abdel Fattah El Sisi, para participar da 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas—COP27, a ser aberta no próximo domingo, no balneário egípcio de Saharn el-Sheikh.

O presidente eleito deverá ser recebido no Egito com honras de chefe de Estado, em uma viagem cercada de muita expectativa pela comunidade global, pois será a primeira oportunidade que ele terá para falar sobre a nova política ambiental brasileira. Na comitiva estarão a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (Rede-SP) e a senadora Simone Tebet.

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.dfa@dabr.com.br

# Protestos antidemocráticos de Finados foram jus esperneandis

## O SILÊNCIO DE BOLSONARO EM RELAÇÃO À VITÓRIA DE LULA E SUA SOLIDARIEDADE AOS MANIFESTANTES TAMBÉM SE ENQUADRAM NA CATEGORIA DO “JUS ESPERNEANDIS”

No mundo jurídico, o equilíbrio entre a existência de recursos e o retardamento de decisões judiciais é uma questão polêmica e sempre atual, porque estão em jogo a segurança jurídica e a efetividade da Justiça. A tensão ocorre entre o inconformismo psicológico natural de quem perde a demanda e o atraso na solução da disputa, mas evita que erros sejam perpetuados em razão da suposta infalibilidade do julgador. A expressão jus esperneandis vem daí. No jargão jurídico, é um falso latinismo, que alude ao espernear de uma criança inconformada com uma ordem dos pais. O excesso de recursos às decisões, porém, pode ser classificado como litigância de má-fé.

A analogia serve para avaliar as manifestações dos partidários do presidente Jair Bolsonaro às portas dos quartéis, realizadas ontem. Foram protestos claramente antidemocráticos, que contestavam os resultados das urnas de domingo, quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito

presidente da República pela terceira vez. Não aceitar o resultado oficial das eleições e até dele recorrer é um direito eleitoral garantido, mas Bolsonaro não o fez. Em qualquer caso, a decisão final caberia à Justiça, a mesma que proclamou o resultado das urnas. Entretanto, conchamar os militares a intervirem na vida política, rasgarem a Constituição e manterem Bolsonaro no poder pela força é crime. Ou seja, os protestos foram pacíficos, mas suas intenções são criminosas.

Em se tratando de uma eleição tão disputada, de um cenário tão polarizado e de um resultado muito apertado, porém, os protestos podem ser considerados um jus esperneandis de militantes bolsonaristas inconformados com a derrota. Não é bem o caso dos bloqueios feitos por caminhoneiros nas estradas, que exigiram uma enérgica intervenção do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, e ações repressivas da maioria dos governadores,

inclusive os aliados de Bolsonaro. Entretanto, houve uma sucessão encadeada de ações de caráter nacional desde o dia das eleições que sinalizam para a existência de uma coordenação política entre os setores envolvidos e que precisa ser investigada, sobretudo se os protestos se prolongarem além do que seria compreensível.

O fato de Polícia Rodoviária Federal (PRF) e Polícia Militar, em muitos estados, terem sido excessivamente operacionais no dia da eleição, retardando o acesso de eleitores às seções eleitorais, e absurdamente omissas no dia seguinte ao pleito, no sentido de coibir os bloqueios de estradas de caminhoneiros, não passou despercebido de ninguém. As manifestações de ontem deram sequência a essas ações, somente não coincidindo porque os bloqueios foram dissolvidos pelas autoridades constituídas.

O silêncio de Bolsonaro em relação à vitória de Lula e sua solidariedade aos manifestantes

também se enquadram na categoria do “jus esperneandis”, mas seu envolvimento ou omissão na continuidade desse tipo de protestos daqui até a posse do novo presidente eleito caracterizariam uma conspiração. Até as emas do Palácio do Alvorada sabem que Bolsonaro não confia nas urnas eletrônicas e tem a intenção de fazer uma oposição sistemática e implacável ao novo governo, em nome dos 58 milhões de eleitores que gostariam que permanecesse no cargo.

## Ampla coalizão

Essa não é uma situação trivial, porque o novo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva enfrenta uma oposição muito forte no Congresso e uma correlação de forças na sociedade que tende a se alterar na medida em que as expectativas sobre suas promessas de campanha forem frustradas. É meio inevitável um período difícil de governabilidade, com um governo em minoria

no Congresso e com baixa aprovação na opinião pública.

Nesse aspecto, Lula parece ter se espelhado na experiência da gestão Dilma Rousseff. Os problemas da então presidente da República com sua base começaram nos bastidores do PT, quando anunciou que faria uma “faxina” no governo, e se ampliaram logo na primeira reunião de sua coordenação de governo, quando deixou de fora do seu estado-maior o então vice-presidente Michel Temer (MDB). De certa forma, a indicação do vice-presidente Geraldo Alckmin para coordenar a equipe de transição sinaliza a intenção de formar uma ampla coalizão de governo, com efetivo compartilhamento do poder.

Há uma realidade política neste momento de transição que precisa ser devidamente considerada: assim como o bolsonarismo raiz não tem força para manter coesa a base eleitoral de Bolsonaro, que tende a se desagregar com a derrota, o petismo

sozinho também não tem força para manter Lula no poder, o que é uma lição do impeachment de Dilma Rousseff que precisa ser bem assimilada. Lula precisa ampliar seu governo a ponto de incorporar setores da atual gestão que estão dispostos a participar da nova base governista no Congresso.

O presidente do PP, Ciro Nogueira, ministro da Casa Civil, contraface de Alckmin no atual governo para efeito da transição administrativa, não é apenas um interlocutor burocrático, é um articulador político que joga junto com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), candidato à reeleição na próxima legislatura. Lula não pode repetir o erro de Dilma Rousseff no episódio da eleição de Eduardo Cunha (MDB-RJ) à Presidência da Câmara. Está em curso uma operação política muito complexa, que pode garantir ou não a estabilidade política do governo Lula nos dois primeiros anos de mandato.